



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

Rb
R

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL nº 0062510-18.2011.8.17.0001 (0270842-3)

APELANTE : Thiago dos Reis e Silva e OUTROS
ADVOGADO : Paulo Eduardo Guedes Maranhão (OAB/PE nº 28.436-D)
APELADO : Estado de Pernambuco e OUTRO
PROCURADOR : Francisco Luiz Viana Nogueira
RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA: ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSO SELETIVO INTERNO PARA INGRESSO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS DA PMPE. INADEQUAÇÃO DOS CANDIDATOS ÀS EXIGÊNCIAS DO EDITAL. LEGALIDADE DO ATO DE ELIMINAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.

1. O cerne da controvérsia diz respeito à interpretação das normas editalícias, mais precisamente aquelas definidoras da pontuação mínima necessária à classificação dos candidatos ao Curso de Formação de Sargentos da Polícia Militar de Pernambuco.
2. O item 3.1.6 do instrumento convocatório dispõe que "o candidato para ser aprovado terá que obter grau igual ou superior a 40% (quarenta por cento) em cada prova e uma média aritmética global igual ou superior a 5,00(cinco)".
3. Aduzem os apelantes que o conceito de prova não se confunde com o de disciplina.
4. O Estado de Pernambuco, por sua vez, sustenta haver equivalência entre os termos "prova" e "disciplina", de modo que o percentual indicado no item 3.1.6 do edital deve ser aplicado a cada uma das disciplinas/provas integrantes da parte geral e da parte específica, e não aos "grupos de provas", como pretende o apelante.
5. De fato, por meio de uma atenta leitura do referido edital, entende-se que o candidato, para ser aprovado no exame intelectual, deve obter um número mínimo de acertos equivalente a 40% (quarenta por cento) em cada disciplina/prova, estando elas dentro das suas respectivas áreas de conhecimento.
6. Se adotado posicionamento diverso, como bem advertiu o Estado de Pernambuco, estar-se-ia afrontando premissas básicas de qualquer concurso público, porquanto haveria a possibilidade de um candidato vir a ser aprovado, mesmo que "zerasse" a pontuação de alguma disciplina do certame.
7. Desta feita, como os candidatos não obtiveram o mínimo de 40% de acertos em cada disciplina/prova, perfeita se mostra a sentença proferida pelo juízo *a quo*. Deve-se, assim, manter a reprovação dos apelantes, dada a legalidade do ato administrativo ora guerreado.
8. Apelação desprovida à unanimidade de votos.

POR MAIORIA

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento ao presente recurso de apelação, nos termos do relatório e do voto do Relator e das inclusas notas taquigráficas, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 12. MARÇO. 2013

Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator



523
~~661~~

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL nº 0062510-18.2011.8.17.0001 (0270842-3)

APELANTE : Thiago dos Reis e Silva e OUTROS

ADVOGADO : Paulo Eduardo Guedes Maranhão (OAB/PE nº 28.436-D)

APELADO : Estado de Pernambuco e OUTRO

PROCURADOR: Francisco Luiz Viana Nogueira

RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

REVISOR

RELATÓRIO

?

Vistos e examinados etc.

1. Trata-se de apelação cível interposta nos autos da ação ordinária tombada sob o nº 0062510-68.2011.8.17.0001, cuja sentença (fls. 42/46) julgou pela improcedência do pedido, consoante o artigo 285-A, do Código de Processo Civil (CPC), no sentido de não acolher o pedido de permanência dos autores/apelantes no processo seletivo para a Formação de Sargentos da Polícia Militar de Pernambuco.

2. Na peça atrial da ação ordinária que originou o presente recurso, os autores/apelantes afirmam que foram injustamente alijados do processo seletivo em questão, em razão da existência de dubiedade e contradição na redação do item 3.1.6 do respectivo edital e da equivocada interpretação que lhe fora conferida pela Administração, interpretação essa divulgada por meio do Ofício de nº 127/2010-GGALIC/GICAP (fl. 27). Firmou a Administração o posicionamento de que o número mínimo de acertos e o ponto de corte seriam aferidos em cada uma das disciplinas integrantes da parte geral e da parte específica do exame intelectual, posição a qual, segundo os autores/apelantes, constitui afronta aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da eficiência, da isonomia e da razoabilidade.

3. Irresignados com a sentença (fls. 42/46) os autores/apelantes interpuseram o presente recurso (fls. 50/61), reiterando as razões declinadas na peça inaugural da ação.

4. Instado a se pronunciar, o Estado de Pernambuco apresentou as contrarrazões de fls. 68/91, defendendo a manutenção integral do *decisum* impugnado.

5. Às fls. 113/115, a douta Representante do Ministério Público Estadual ofertou parecer opinando pelo não provimento do apelo.




522
68

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

É o relatório, naquilo que se revela essencial para o deslinde da controvérsia.

Inclua-se o presente feito em pauta para julgamento.

À douta revisão.

Recife, 26. NOV. 2012

Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

127
8

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL nº 0062510-18.2011.8.17.0001 (0270842-3)

(7)

APELANTE : Thiago dos Reis e Silva e OUTROS

ADVOGADO : Paulo Eduardo Guedes Maranhão (OAB/PE nº 28.436-D)

APELADO : Estado de Pernambuco e OUTRO

PROCURADOR: Francisco Luiz Viana Nogueira

RELATOR : Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

1. De proêmio, cumpre ressaltar que o edital é a lei interna em qualquer concurso público e que, por meio da estrita observância das regras nele contidas, busca-se garantir a objetividade da atuação administrativa.

2. *In casu*, o edital do Processo Seletivo Interno para a Formação de Sargentos do Polícia Militar de Pernambuco, deflagrado pela Portaria nº 033/2010, preceitua, em linhas gerais:

3.1.1 O exame intelectual, de caráter eliminatório e classificatório, será composto de áreas de conhecimento, conforme estabelecido no quadro de provas.

3. Destaque-se que o exame intelectual da seleção em apreço fora dividido em duas "áreas de conhecimento", a saber: 1) "Parte Geral" (composta por sete provas/disciplinas) e 2) "Parte Específica PM" (composta por três provas/disciplinas).

4. O cerne da presente controvérsia, portanto, envolve a interpretação de normas editalícias, mais precisamente aquelas definidoras da pontuação mínima necessária à classificação dos candidatos. Tal pontuação é insculpida no item 3.1.6 do instrumento convocatório, *in verbis*:

3.1.6 O Candidato para ser aprovado terá que obter grau igual ou superior a 40% (quarenta por cento) em cada prova e uma média aritmética global igual ou superior a 5,00 (cinco).

Desse modo, o mínimo exigido para a classificação no exame intelectual consiste na obtenção de uma média aritmética global igual ou superior a 5,00 (cinco), associada ao acerto do índice de 40% (quarenta por cento), percentual esse sobre o qual repousa a controvérsia que norteia esta demanda.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

128
2

5. No bojo da ação ordinária, os autores/apelantes pretendem que a exigência de acerto de 40% (quarenta por cento) seja aplicada, não a cada disciplina específica integrante do concurso, mas sim aos grupos de provas que o compõem, quais sejam, a parte geral e a parte específica. Todavia, não merece prosperar a ótica defendida pelos recorrentes.

6. Afigura-se lícito e razoável, além estar em maior consonância com os fins colimados da Administração Pública, que o referido percentual incida sobre cada disciplina (ou prova) individualmente considerada e não sobre os grupos de prova (parte geral e parte específica do certame). Assim, estar-se-ia melhor avaliando o candidato e concluindo-se que os aprovados ostentam um mínimo de conhecimento em cada uma das disciplinas.

Por conseguinte, entende-se que o candidato deve obter um número mínimo de acertos equivalente a 40% (quarenta por cento) de cada prova/disciplina, para que esteja apto a ser considerado aprovado no exame intelectual e prossiga nas etapas subsequentes do processo seletivo, com vistas a buscar a sua classificação dentro das 105 (cento e cinco) vagas previstas para o Curso de Formação Sargento da Polícia Militar.

Se adotado posicionamento diverso, como bem advertiu o Estado de Pernambuco, estar-se-ia afrontando premissas básicas de qualquer concurso público, porquanto haveria a possibilidade de um candidato obter aprovação mesmo que "zerasse" diversas disciplinas do certame.

Nesse talante, afigura-se perfeito o ato de reprovação dos autores/apelantes, posto que não lograram êxito em obter a percentagem mínima de acertos prevista no subitem 3.1.6 do Edital.

7. Em casos análogos, este Tribunal de Justiça assentou o seu posicionamento quanto à obrigatoriedade da obtenção de um número mínimo de acertos correspondente a 40% (quarenta por cento) em cada disciplina. Observam-se judiciosos precedentes, nesse sentido, tais como o Reexame Necessário nº 264428-6, julgado por esta Colenda Câmara, em 17.07.2012.

Colacionam-se, a seguir, julgados paradigmáticos provenientes desta Corte Estadual. Vejamo-los:

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. REPROVAÇÃO DOS AGRAVANTES NO EXAME INTELECTUAL. NOTA MÍNIMA AVERIGUADA POR DISCIPLINA. MÉRITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

R9
de

1. *Processo seletivo interno para o preenchimento das vagas disponibilizadas para o Curso de Formação de Sargentos, não logrando, os agravantes, êxito no exame intelectual.*
2. *O candidato, para ser aprovado no exame intelectual, deve obter um número de acertos mínimo equivalente a 40% (quarenta por cento) em cada disciplina, estando elas dentro das suas respectivas áreas de conhecimento, conforme entendimento manifestado pela própria comissão do certame.*
3. *O mesmo critério de correção fora aplicado aos demais candidatos no certame em apreço, respeitando-se o princípio da igualdade.*
4. *Agravo regimental unanimemente desprovido¹.*

DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. POLÍCIA MILITAR. SELEÇÃO INTERNA. CRITÉRIO DE CORREÇÃO DAS PROVAS. INTERPRETAÇÃO DO EDITAL. PERCENTUAL DE ACERTOS NAS DISCIPLINAS QUE INTEGRAM AS PROVAS QUE COMPÕEM A PARTE GERAL E ESPECIAL. RAZOABILIDADE. BUSCA DA EXCELÊNCIA NA COMPOSIÇÃO DOS QUADROS DE PESSOAL DA POLÍCIA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. (...).
2. *Versa a lide em apreço acerca da reprovação de candidatos em seleção interna da Polícia Militar do Estado de Pernambuco, em decorrência da ausência de alcance da nota mínima no exame intelectual. Conforme se infere dos autos, os demandantes, ora agravantes, submeteram-se ao Concurso de processo seletivo interno para acesso ao cargo de Sargento da PMPE, tendo sido eliminados do certame por não obterem 40%(quarenta por cento) em cada uma das disciplinas constantes do quadro de provas, item 3.1.8, do edital de abertura do concurso em tela, no que tange ao exame intelectual.*
3. *A grande insurgência das partes diz respeito a interpretação das normas editalícias, mais precisamente quanto o critério elegido no que tange ao índice mínimo de pontuação necessário a classificação.*
4. *Enquanto o Estado de Pernambuco entendeu que o ponto de corte decorreria da obtenção de 40% de cada disciplina (cada matéria) da parte geral e parte específica e não do total do "grupo de provas", os impetrantes/agravantes preconizavam que se interpretasse o ponto de corte como sendo de 40% do grupo de provas, considerando o total da parte geral, assim como o total da parte específica.*
5. *Do princípio fundamental da hermenêutica, segundo o qual, onde a norma não restringe, não cabe ao intérprete fazê-lo, devemos atinar que os critérios de avaliação são estabelecidos pela própria Administração, em juízo de mérito administrativo, sobre o qual é mezinho que não cabe represália por parte do Poder Judiciário, a menos para fazer controle de legalidade, o que não é o caso. A interpretação dada pela Administração, além de razoável, foi linearmente aplicada, de forma generalizada, a todos*

¹ TJPE. AReg 221647-7/01. Relator: Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, 8ª Câmara Cível, DJ 23/09/2010.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

130
J

os candidatos, mostrando-se irretorquível a conduta da banca, afrontada pela decisão atacada, violando o princípio da tripartição de poderes.

6.(...).

7.No que concerne à alegada ilegalidade da Portaria nº 33/2010, que instaurou o processo seletivo em apreço, cumpre notar que tal matéria não foi objeto de apreciação pelo Magistrado a quo, que se limitou a analisar a lide sob o prisma da regularidade do critério de correção das provas a que se submeteram os ora agravantes. A análise de tal argumento, desta feita, implicaria inadmissível supressão de instância. 8. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso².

8. Em sendo assim, adequada é a decisão proferida pela Administração, pois se situa no âmbito do mérito administrativo, não cabendo ao Judiciário interferir em decisões da espécie, salvo se para a análise de legalidade.

9. Forte em tais razões, VOTO pelo DESPROVIMENTO desta apelação, no sentido de manter a sentença vergastada e, conseqüentemente, manter a reprovação dos candidatos recorrentes, dada a legalidade do ato administrativo ora guerreado.

É como voto.

Recife, 12. MARÇO. 2013

Jorge Américo Pereira de Lira
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

Relator

² TJPE. AgRg 218087-6/01. Relator: Des. Luiz Carlos Figueiredo, 7ª Câmara Cível, DJ 14/09/2010.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

1ª Câmara do Direito Público
APELAÇÃO CÍVEL N.º 0270842-3
Juízo de Origem: 1ª Vara Fazendária da Capital
Magistrado: Dr. Wagner Ramalho Procópio
Apelantes: THIAGO DOS REIS E SILVA E OUTROS
Advogado: Dr. Paulo Eduardo Guedes Guimarães
Apelados: ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO
Procurador: Dr. Francisco Luiz Viana Nogueira
RELATOR: DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS
REVISOR: DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

A controvérsia dos autos repousa nos critérios adotados para a obtenção do ponto de corte no exame intelectual previsto na seleção interna para curso de formação de sargentos da Polícia Militar de Pernambuco.

A tese defendida pelo Estado de Pernambuco é no sentido de que o percentual mínimo exigido para a aprovação no exame intelectual se dirige a cada disciplina que compõe a Parte Geral e a Parte Específica, de acordo com a interpretação exposta na nota de esclarecimento (fl. 48).

Nada obstante, examinando os termos do edital do certame em análise, não merece prosperar a tese do apelado, já que entendo que o Edital, em seu Item 3.1.1, previu como mínimo de acertos para cada uma das duas provas realizadas pelos candidatos (prova geral e prova específica) um percentual de 40% (quarenta por cento).

Nessa linha, qualquer candidato que obteve 40% (quarenta por cento) de acertos na prova geral e 40% (quarenta por cento) na prova específica deve ser tido como aprovado no exame intelectual.

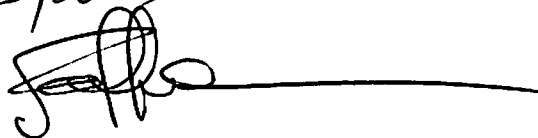
Diante disso, percebe-se que, nesse ponto, assiste, em parte, razão aos apelantes, porquanto tão somente os recorrentes Thiago dos Reis e Silva e Antonio Ricardo da Silva Filho atingiram esse percentual mínimo de acertos, bem como obtiveram nota igual ou maior que 05 (cinco), razão pela qual eles têm o direito de participar das etapas seguintes do certame, com exceção, por óbvio, do curso de formação, uma vez que somente devem participar deste os candidatos que obtiveram a classificação dentro das vagas previstas em edital.

Quanto ao recorrente Wellington Gomes de Campos, depreende-se do documento de fl. 29 que este não atingiu o percentual mínimo de 40% (quarenta por cento) de acerto da prova geral, de modo que não há como dá guarida a pretensão recursal neste aspecto.

A vista do exposto, voto no sentido de dar parcial provimento ao apelo para assegurar aos apelantes Thiago dos Reis e Silva e Antonio Ricardo da Silva Filho o direito de participar das etapas seguintes do certame e, classificando-se dentro do número de vagas previsto em edital, participarem do curso de formação.

É como voto.

Recife, 12/03/2013



DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

VOTO DO REVISOR CONSTANTE DAS FLS. 127/130 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO (REVISOR)

Eu e o Des. Erik temos constituído a maioria nesses casos em que entendemos que o candidato para ser aprovado tem que obter nota igual ou superior a 40% em cada prova e uma média aritmética global igual ou superior a 5,00 (cinco).

No caso concreto, os apelantes não obtiveram o mínimo de 40% de acertos em cada prova, em cada disciplina. Vossa Excelência tem o entendimento diferente.

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA (PRESIDENTE E RELATOR)

Exatamente. O meu entendimento é em cada prova constituída de disciplinas. O meu entendimento todos conhecem, e tem divergência apenas em relação ao edital. Eu entendo que o edital traz a matéria regulamentada por prova. Cada prova é constituída de várias disciplinas, portanto a média de 40% do índice de aprovação deve ser por prova - é assim que entendo que esteja expresso no edital e, portanto, não pode ser por disciplina, mera orientação de uma portaria posterior ao edital.

Portanto, o meu entendimento é um pouco divergente, de forma que eu sou voto vencido.

DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES

Exatamente

DECISÃO:

"POR MAIORIA DE VOTOS, VENCIDO O DES. FERNANDO CERQUEIRA, NEGOU-SE PROVIMENTO À APELAÇÃO. O DES. JORGE AMÉRICO, REVISOR, LAVRARÁ O ACÓRDÃO".
